



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 637102 - PE (2020/0348472-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : MIROSMAR BEZERRA DE MACEDO  
**ADVOGADO** : MIROSMAR BEZERRA DE MACEDO - PE048905  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : CARLOS ROBERTO RAMOS MARQUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS ROBERTO RAMOS MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0001852-94.2020.8.17.9480).

O paciente cumpre pena unificada de 20 anos, 10 meses e 7 dias de reclusão em regime fechado, pela prática dos delitos previstos nos arts. 217-A, c/c o art. 71; e 129, § 3º, c/c o art. 61, *caput*, inciso II, todos do Código Penal.

O impetrante alega que o HC n. 0001852-94.2020.8.17.9480 foi impetrado em 15/10/2020 e, até o presente momento, o pedido de liminar não foi apreciado.

Sustenta que o paciente faz jus à concessão da prisão domiciliar, uma vez que integraria o grupo de risco, por ser "portador de (i) quadro clínico de pressão arterial sistêmica primária, (ii) epilepsia, (iii) ansiedade generalizada e (iii) déficit funcional decorrente de fratura na clavícula".

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente seja colocado em prisão domiciliar ou, subsidiariamente, seja determinado ao Tribunal de Justiça pernambucano que realize o julgamento do pedido de liminar apresentado no HC n. 0001852-94.2020.8.17.9480.

O Tribunal de origem, em atendimento à solicitação desta Presidência (fls. 19-20), informou que do *writ* impetrado em favor do paciente naquela instância, em 15/10/2020, ainda hoje não teve analisado o pedido de medida liminar (fls. 23-25).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pleito tem plausibilidade jurídica.

Isso porque, conforme se verificou das informações prestadas pela autoridade coatora, o HC n. 0001852-94.2020.8.17.9480, impetrado em 15/10/2020, até a presente

data nem sequer teve o pedido liminar analisado pelo Tribunal de origem, ficando evidente a negativa de prestação jurisdicional.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco analise, com urgência, o pedido de liminar submetido à sua apreciação em favor do paciente.

Comunique-se com urgência ao Tribunal de origem.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente